Ata Reunião Ordinária do dia 22 de Março de 2017

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora-MG realizada em 22 de Março de 2017 (quarta-feira) em primeira chamada às 18h30min, em segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselho Municipal de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os seguintes assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Discussão e deliberação das atas de: 22/02 e 23/02/2017. 3) Abertura da palavra ao público. 4) Discussão e deliberação da(s) Matéria(s): 4.1) - Informes Secretaria de Saúde - SS sobre ações Febre Amarela. Propositor: Jorge Ramos - Secretário Executivo/CMS. Expositor: Oleg Abramov - SRS/JF; Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - Secretária de Saúde/PJF; Rodrigo Almeida - Subsecretário de Vigilância em Saúde/PJF; Thiago Horta - Subsecretário de Atenção Primária a Saúde/PJF. 4.2) - Apresentação do Relatório Gerencial da Rede Ouvir/2016. Propositor/Expositor(a): Samantha Borchear - Ouvidora Regional de Saúde. 4.3) - Indicadores e Metas pactuados junto ao Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, pelo município, referente ao período 2017 - 2021. Propositor/Expositor(a): Luciana Afonso Rodrigues - Gerente do Departamento de Planejamento e Inovação da Saúde - DPIS/SS. 4.4) - Resolução SES/MG 2940/2011 - Discussão da Aplicação de Recurso/2016 - CEO's. Propositor/Expositor: Departamento de Saúde Bucal. 5) Leitura Expediente: 5.1) - Mesa Diretora. 5.2) - Secretaria Executiva. 5.3) - Ouvidoria. 5.4) - Comissão de Recursos e outras. **Deliberações CMS 22/03/17: 1) Suprimida a discussão das atas de 22 e 23/02/17. 2) Secretaria de Saúde informa sobre ações Febre Amarela - Subsecretário Rodrigo Almeida. 3) Apresentado relatório gerencial Rede Ouvir - Samantha Borchear. 4) Aprovados os indicadores e metas anos 2017 à 2021. Res. 471/2017. 5) Aprovada aplicação dos recursos resolução SES-MG nº 2940/2011 referente aos CEO's. Res. 472/2017. 6) Recomposição Comissões/Representações. 6.1) Comissão Normas: Substituída Sandra Governo por Walconize - SRS/Governo. 6.2) Substituído Adilson Trabalhador em Saúde Comissão Normas, por Vanderli - Trabalhador em Saúde. 6.3) Comissão Ouvidoria: Substituído Lauro (US) por Penha (US), substituído Robson (US) por Sónia (US). 6.4) Comissão Vigilância em Saúde: Substituída Sandra (GOV) por Walconize (GOV). 6.5) COMPID Indicadores: Regina = efetiva, Cosme = suplente. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Boa noite a todos. O Jorge vai ler algumas justificativas, logo em seguida a gente entra no ponto de pauta. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite a todos. Desejar boas vindas aí aos conselheiros em substituição a Sandra. **Com a palavra Orlando Benício (Secretaria de Educação):** Boa noite a todos. Eu sou professor de educação física, eu trabalho há muitos anos na Secretaria de Escola e Lazer e hoje eu estou na Secretaria de Educação, eu vim substituir a Sandra que está em outros projetos lá e é um prazer estar aqui com vocês, muito obrigado. **Com a palavra Hugo Bento (LIXARTE):** Boa noite a todos. Eu sou bacharel em ciências humanas formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e aqui eu vou representar a LIXARTE substituindo o nosso companheiro Reginaldo. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Justificativa do Oleg que não pode estar na reunião do dia 22 porque está em Belo Horizonte, da Natália da Fundação Hemominas, da suplente da Natália a Thaís da Fundação Hemominas, da Lucileia da APAFTF na reunião de hoje e da Marília na reunião de hoje e de amanhã. Eu só quero deixar um registro Mesa com relação à composição dessas comissões, eu vou ser repetitivo e vou ser bem rápido, mas é para dizer que o Plano Municipal tem que indicar prestador, definir cargo e substituir o Reginaldo, o Hospital Zona Norte indicar governo, definir cargo e substituir a Goretti, o Comitê de Ética e Pesquisa da Santa Casa substituir o Jorge, a Comissão de Recursos substituir a Sandra governo, Saúde do Trabalhador substituir a Sandra governo e substituir o Lauro usuário, Comissão de Normas substituir a Sandra governo e substituir o Adilson trabalhador em saúde Sindicato dos Odontólogos, Comissão de Ouvidoria substituir o Lauro usuário e substituir o Robson usuário, Saúde da População Negra substituir o Reginaldo, Vigilância em Saúde substituir a Sandra, Comissão Interna CAS SUS ver a questão do Agustinho porque ele saiu e tem que substituir, Comitê de Ética e Pesquisa Oncológico substituir o Robson da Região 2 que mudou de endereço perde o vínculo, Fundação HU sair representação porque o Conselho Municipal de Saúde hoje não mais faz parte da Fundação HU, o Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Ensino Superior substituir o Reginaldo, Pró-Saúde substituir o Waldyr Profissional do Sindicato dos Odontólogos então o Waldyr substituir, Programa de Reciclagem lei 12.771 Reginaldo substituir, COMPID um membro efetivo e um membro suplente porque o COMPID está em processo de eleição, Comitê de Ética Ifet Sudeste nós temos que indicar um usuário, então você coloca em votação para ver se tem mais alguém interessado porque a Alice não se faz presente que é a que faz par com você, então coloca depois Regina e anato aí para não passar batido, então o COMPID tem que tirar um efetivo e um suplente e o Comitê de Ética e Pesquisa do Ifet Sudeste um usuário, eu estou fazendo o registro tem que indicar representante. Eu vou acabar de fazer o meu relato aqui e depois nós voltamos lá, no dia 30 de março de 2017 quinta-feira às 19h30min no Plenário Legislativo, a nossa Ouvidora Samantha Maria Borchear será homenageada pela comemoração ao Dia Internacional da Mulher e depois você vai fazer o convite, parabéns para você. O grupo de apoio aos pais e profissionais de pessoas com autismo convida e as famílias farão parte desse momento com os seus filhos e filhas, as fotos serão tiradas no dia 25/03 sábado as 14h00min no Parque da Laginha, é um evento que vai ter e se tiver alguém interessado pode pegar comigo aqui. É para fazer o registro rápido, porque é um ofício que nós recebemos através do Conselho Local de Saúde do Manoel Honório na pessoa do seu Presidente o Francisco, da Deputada Margarida Salomão pelo ofício GDMS 078/2017 24 de fevereiro, "Comprimento cordialmente e venho através deste informar que indiquei para o Município de Juiz de Fora no orçamento de 2017 emenda parlamentar no valor de R$ 350.000, para apoio a manutenção de Unidade de Saúde em despesas corrente, tal indicação visa garantir a Prefeitura de Juiz de Fora recursos necessários para contrapartida do município no convênio celebrado com o Governo do Estado para construção da UAPS do Manoel Honório, além disso, estive em Belo Horizonte no dia 17/02 na Secretaria Estadual de Saúde e reiterei junto ao Governo Estadual a importância da liberação dos recursos para a construção da unidade, tal solicitação foi reforçada pessoalmente com o próprio Governador Fernando

Pimentel quando estive com ele em Juiz de Fora no dia 20/02/2017, agradecendo Margarida Salomão Deputada Federal". Nós recebemos aqui também e Alessandro nós temos que encaminhar, o Dr. Luiz Guilherme Diretor Clínico da Unidade Regional Leste ele faz aqui um documento "Em inspeção da Vigilância Sanitária mais uma vez foi constatado a ineficiência em se preencher as escalas de plantão", é aquele problema que a Leste vem passando. Vanderli vocês vão fazer o relato da visita do HPS? Eu estou aqui com o documento, então mais depois vocês fazem. Nós estivemos acompanhando o Ministério Público na questão da Saúde Mental na RUE, a Juliana agradecendo a participação na semana da mulher, e aí o Ministério Público faz uma parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora para apurar gargalos na saúde pública em Juiz de Fora, nós não sabemos o que é que está sendo discutido e como que foi essa parceria, e a outra é reunião para tratar estratégias para melhorar a segurança nas Unidades de Pronto Atendimento também. Vamos voltar lá, Plano Municipal de Saúde um prestador e um usuário. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Quem quer entrar para a Comissão do Plano Municipal de Saúde? Porque a gente tem que fazer esse ano, um usuário e um prestador. Quem gostaria de entrar? **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Hospital Zona Norte um governo, Comitê de Ética e Pesquisa Santa Casa substituir o Jorge usuário que sou eu, Comissão de Recursos substituir a Sandra segmento governo, Saúde do Trabalhador substituir a Sandra governo e o Lauro da Região Sanitária 10 usuário, Comissão de Normas substituir a Sandra governo e o Adilson trabalhador em saúde - a Walconize e o Vanderli, Comissão de Ouvidoria substituir o Lauro e substituir o Robson dois usuários - a Penha e a Sónia, Saúde da População Negra substituir o Reginaldo, Vigilância em Saúde substituir a Sandra segmento governo - Walconize, Comissão Interna CAS SUS substituir o Agustinho usuário, Comitê de Ética e Pesquisa Oncológico substituir o Robson, Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Ensino Superior substituir o Reginaldo, nós não temos o controle sobre o calendário deles porque isso é definido por eles, nós não temos, até as coisas que são discutidas lá Rita elas nem chegam aqui tirando aquilo que pode ser dito o Comitê ele mantem uma reserva, então nós não sabemos o dia e o horário que reúne porque depois é que eles criam esse calendário, a gente não sabe e aliás para dizer que eu fui de lá e nunca fui chamado, então a Rita está se colocando mais aí é usuário, Pró-Saúde substituir o Waldyr profissional em saúde que é aquele cirurgião dentista que fez logo que a gente formou o conselho lá na primeira, o Pró-Saúde também está meio parado, Programa de Reciclagem lei 12.771 substituir o Reginaldo, COMPID indicar um usuário - Regina, e um suplente e nós temos que indicar porque o COMPID está num processo eleitoral - Cosme suplente, Comitê de Ética do Ifet Sudeste um usuário. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Então agora nós vamos dar prosseguimento a pauta, hoje não tem ata então eu vou pedir a supressão desse primeiro ponto aqui porque não tem outro jeito, então vamos suprimir. Contrários, abstenções: aprovado. Informe Secretaria de Saúde sobre a Febre Amarela. **Com a palavra Rodrigo Almeida (Subsecretário de Vigilância em Saúde):** Boa noite a todos. Agradecer a oportunidade do Conselho da gente estar trazendo aqui informações com relação às ações de febre amarela que a Prefeitura vem realizando em parceria com o Governo do Estado e com o Governo Federal, eu vou fazer uma apresentação rápida e aí as dúvidas se for o caso por conta da questão do prazo a gente puder deixar para o final as dúvidas que tiverem, porque realmente tem algumas dúvidas e a gente deixa para o final da pauta do Conselho, porque caso contrário pode arrastar muito aí se tiver alguma dúvida aqui com relação deixar para o final das apresentações, depois que a Samantha falar. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Eu vou manter então o pedido de inversão de pauta porque eu tenho aula e eu não posso perder, porque tem três quartas-feiras que eu estou faltando de aula para ficar em reunião aqui e não estou podendo mais. **Com a palavra Rodrigo Almeida (Subsecretário de Vigilância em Saúde):** Então vamos ganhar tempo, nós começamos a realizar a vigilância da febre amarela já no mês de novembro e dezembro do ano passado, quando na região de Caratinga no leste de Minas já foram observados a epizootia que é a morte de primatas, e aqueles casos positivos para febre amarela da população da região rural de Caratinga do leste de Minas, lembrando que Caratinga também está dentro da zona da mata, ela está há mais de 400 quilômetros de Juiz de Fora mais faz parte da zona da mata, então a gente aqui acendeu o alerta vermelho junto com o Governo do Estado representado aqui pela Superintendência Regional de Saúde, e nós começamos as investigações o trabalho de antecipação por parte da febre amarela. Então a Prefeitura já em janeiro lançou uma campanha de informação, como em janeiro a gente não tinha nenhum caso de primata morto registrado e nem notificado no município e nenhum caso em nenhuma região circunvizinha a Juiz de Fora, nós iniciamos uma ação de prevenção e de informação porque é muito difícil para nós que trabalhamos no setor de saúde essas mudanças do calendário vacinal por parte do Ministério, uma hora é acima de seis meses, outra hora é abaixo de seis meses, é acima de 60 anos, é menor de 60 anos, então nós realizamos uma campanha de informação que é o "Informe-se antes de se vacinar", que hoje todos os postos de saúde foram orientados no mês de janeiro a realizar aquela orientação por parte do Ministério da Saúde que é o calendário correto de vacinação para febre amarela. Juiz de Fora hoje se encontra na categoria três, nós temos uma confirmação de epizootia aqui no município por febre amarela, epizootia é a morte de um macaco de um primata não humano por febre amarela por exame diagnóstico de PCR, então é o exame confirmatório da febre amarela, que ocorreu em São Pedro no dia 02 de fevereiro desse ano, e a partir dessa morte desse primata a gente passou a tomar algumas medidas enquanto vigilância e enquanto assistência. A primeira delas é a realização de bloquei, toda vez que nós recebemos informação de que um primata um macaco foi encontrado morto em determinada região de Juiz de Fora, nós iniciamos naquela região um bloquei sanitário com aplicação de UBV a bomba costal para eliminação de possíveis mosquitos e fazemos um trabalho de vacinação junto aquela população, lembrando que Juiz de Fora não tem caso de febre amarela em humanos, nem em Juiz de Fora e nem nos municípios vizinhos de Juiz de Fora, nós temos sim a febre amarela silvestre. Então eu estive hoje e almocei com o Subsecretário de Vigilância em Saúde do Estado o Rodrigo Said que é o meu xará, e ele estava com o técnico da OPAS da Organização Pan-americana de Saúde que está estudando em Minas Gerais o caso de febre amarela, e eles me passaram a informação que

eu vou repassar hoje e eu vou repassar inclusive amanhã também para os órgãos de comunicação, é muito remota a possibilidade da transmissão humana da febre amarela aqui em Juiz de Fora, nós temos um bloqueio muito grande que foi realizado em toda área rural do município e nós temos 14 regiões rurais no entorno de Juiz de Fora, o nosso índice de vacinação é um índice de alta cobertura aqui no município, nessas regiões desde o mês de janeiro nós iniciamos um trabalho de amplificação dessa vacinação, verificação de cartão, um trabalho grande com a atenção primária e as unidades de saúde dos bairros e das regiões rurais, então a nossa cobertura vacinal ela é muito alta. E essa transmissão nós temos que nos preocupar quando a gente fala em febre amarela com Aedes Aegypti também, as pessoas vinculam a febre amarela com os macacos mais se esquecem do Aedes, para que haja a febre amarela em humanos tem que ser através do mosquito Aedes Aegypti por isso a preocupação, a importância deu estar querendo falar aqui antes de todo mundo é para que a gente pegue o auditório cheio porque nós aqui temos que ser multiplicadores a partir de hoje dessa informação de estar disseminando a informação de que nós temos que manter os 10 minutos por semana da nossa casa, dos nossos vizinhos, toda a estrutura de combate a dengue, zica e chikungunya aqui em Juiz de Fora está mantida, mesmo com o nosso índice baixo de infestação por dengue nós temos 75 casos notificados esse ano contra mais de 4.500 do ano passado então a gente tem uma diferença muito grande, mas o Prefeito determinou que nós mantivéssemos todas as frentes de serviço, o disque 199 para atendimento a denúncia, a sala de operações, o serviço de bloqueio, o trabalho do exército na Zona Norte. É só para informar como que funciona o nosso trabalho de combate à febre amarela aqui no município que é um trabalho ainda de prevenção, primeiro a gente começa a trabalhar com a parte assistencial da vigilância de casos em humanos então nós não temos a febre amarela em humanos aqui no município então a gente monitora os hospitais, a rede de regulação está monitorada para verificar qualquer caso que febre icterícia que aparecer e nós somos notificados imediatamente e fazemos essa investigação, a vigilância de cobertura vacinal a todo o momento nós estamos verificando que os postos de saúde estão realizando vacina dentro do critério estabelecido solicitando vacinas para o Ministério e para o Estado para que não faltem vacinas, a vigilância da epizootia o trabalho da equipe de zoonoses junto com os outros órgãos de meio ambiente que eu vou falar um pouco mais na frente, e a vigilância entomológica que é a verificação dos mosquitos que são as armadilhas que são colocadas nos locais onde a gente encontrou macacos mortos, nós temos um trabalho junto com o pessoal do Governo do Estado que é feito pelo Estado que é colocar armadilha para verificar se existem aqui no nosso município o mosquito sabethes e o haemagogus, que são os transmissores da febre amarela entre os macacos para os humanos. Nós fizemos uma sensibilização, só para um nível de comparação no ano todo de 2016 foram 21.700 vacinas aplicadas durante todo o ano, de janeiro a dezembro 22.000 vacinas mais ou menos aplicadas em Juiz de Fora durante o ano inteiro, ou seja, 22.000 pessoas procuraram os postos de saúde de Juiz de Fora para se vacinar contra a febre amarela, e somente no sábado que nós realizamos de vacinação há dois sábados atrás 35.000 pessoas vacinadas em 5 horas, então só para vocês terem uma ideia que em um dia de vacinação no sábado a gente teve uma procura muito maior do que durante o ano inteiro, e durante esse ano agora nesses poucos meses do ano nós já recebemos e já disponibilizamos para rede SUS mais de 190.000 doses de vacinas aqui em Juiz de Fora, então contabilizando essa quantidade de vacinas que chegaram aqui no município mais a taxa de cobertura vacinal que nós temos a gente ainda se encontra numa região segura epidemiologicamente falando, a média mensal de vacinas em Juiz de Fora fora de um surto é entorno de 7.000, nós estamos vacinando 7.000 pessoas por dia aqui em Juiz de Fora. Então nós estamos com capacitação, nós fizemos a capacitação, equipes volantes estão no Bairro São Pedro onde houve a morte do primata por febre amarela fazendo um trabalho porta a porta, a vacinação ela foi intensificada na zona rural como eu já falei, da zona rural das 14 comunidades rurais nós temos cerca de 15.000 a 18.000 pessoas o total da população rural, só nesses últimos 40 dias nós vacinamos 10.000 pessoas da área rural mais a taxa de cobertura vacinal, então a gente entende que nos temos uma taxa de cobertura satisfatória até o momento, as unidades de referência para caso apareça um caso migratório ou algum caso dentro da área rural de Juiz de Fora de febre amarela em humanos, os nossos dois hospitais que estão treinados e aptos a receber esses pacientes são o João Penido e o Hospital Universitário, são as duas unidades que tem toda característica para fazer esse atendimento completo do paciente com febre amarela. Com relação aos órgãos de meio ambiente nós temos um trabalho porque nós montamos um grupo técnico junto a polícia do meio ambiente, um trabalho junto com a Secretaria do Meio Ambiente, serviços zoonoses, IBAMA, IEF, todos esses órgãos estiveram em Belo Horizonte e receberam uma capacitação extensa com relação a febre amarela, e estamos atuando em conjunto e integrados porque Juiz de Fora tem sim uma grande área de mata, nós temos áreas aí de mata dentro de Juiz de Fora e nas extremidades também, hoje nós encontramos um animal nós estávamos em campo hoje fazendo um trabalho de verificação dos serviços com a Secretaria de Estado, e recebemos um telefonema uma notificação de que houve um óbito de um macaco no Bairro Previdenciários, e quando nós chegamos na comunidade lá no Bairro Previdenciários a nossa primeira preocupação foi verificar e é uma comunidade pequena umas 8 ou 10 casas, quando nós fomos verificar todas as pessoas estavam vacinadas, na casa vizinha a esse terreno tinha uma família de umas 8 pessoas e somente quem não estava vacinado era uma criança de 8 anos tomando amoxicilina e uma senhora de 79 anos, então a gente verifica e tem funcionado bem o trabalho da vigilância. Eu vou falar do abatimento de animais porque é importante aqui a gente divulgar isso, porque dos casos e são sete casos até agora e isso é muito em relação a 60 dias de trabalho intenso, sete casos de animais que nós verificamos que possam ter sido abatidos ou envenenados ou foram maltratados e vieram a óbito, então a gente lembra que isso é crime ambiental, as pessoas estão matando os animais, como antigamente há pouco tempo atrás os micos vinham na janela e tinha banana para eles comerem e agora as pessoas estão colocando veneno para os animais morrerem, então a gente tem encontrado alguns casos de animais mortos por envenenamento e esses casos atrapalham a vigilância porque a gente vai fazer um trabalho de investigação naquele lugar, de enviar esse animal, fazer uma necropsia nesse

animal e ele não tem característica nenhuma de febre amarela porque ele foi simplesmente assassinado, então a gente tem verificado isso e encaminhando aos órgãos competentes do meio ambiente porque isso é crime e isso é passível de prisão inclusive, então se vocês puderem estender essas informações de que não se deve abater animais em hipótese alguma principalmente os primatas, porque eles são os nossos sentinelas é a partir deles que nós vamos descobrir as regiões que a gente pode ter alguma problema em Juiz de Fora, eu acho que eu terminei. Só mais um minuto para essa informação importante que eu vou trazer em primeira mão aqui no Conselho, o nosso LIRA que é o índice de infestação do Aedes ele foi finalizado e divulgado hoje para imprensa e o nosso LIRA está em 4.8, é um LIRA alto para Juiz de Fora porem é o menor dos últimos meses de março desde 2013, mas requer atenção porque 85.4 dos focos foram encontrados dentro de residências e lotes privados, então é um índice alto e eu vou falar aqui os 10 primeiros bairros no ranking só para a gente poder ter uma atenção, e se o pessoal aí puder ter uma atenção nesses bairros é importante porque é o bairro que tem o maior índice de infestação, e nesses 10 bairros iniciais a gente vai fazer trabalhos já a partir de agora direcionados com a população e também com o controle vetorial, o primeiro bairro é Nova Benfica, o segundo Bandeirantes, Parque Guarani, Santa Cândida, Santa Terezinha, Jardim Natal, Monte Castelo, Nova Era, Borborema e Mundo Novo, esses são os 10 bairros, e a Zona Norte mais uma vez é a nossa vilã por isso que a gente não retirou o exército de lá, o exército continua fazendo um grande trabalho lá e a gente conta com apoio da população cada vez mais para tentar combater o mosquito, muito obrigado. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** A Samantha vai ler alí o relatório. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Boa noite. Eu até sugeri como o Rodrigo já tinha falado se alguém tiver dúvida, porque o Jorge até lembrou bem que é um informe e informe não tem discussão, mas eu acho que é justo se alguém tem alguma dúvida que faça por escrito para Mesa e o Rodrigo responder com a equipe dele, a gente até se compromete porque a Ouvidoria tem recebido o dia inteiro ligações, e-mails, contatos, até demandas presenciais de pessoas que estão questionando ou tendo dúvidas com relação à febre amarela, então é natural a gente pode contribuir, obrigada. Aí entrando na nossa pauta eu vou fazer um breve relatório sucinto e depois nós vamos colocar o relatório mesmo detalhado, porque é importante para vocês entenderem o que a gente recebeu em 2016 na Ouvidoria e que persiste nos meados de 2017, eu acho importante que vocês tenham esse conhecimento, é nosso dever, é nossa obrigação sem dúvida nenhuma, a gente sempre pede pauta, sempre não, mas a gente já pediu pauta outras vezes e nem sempre é possível por conta de outras prioridades que nós entendemos, mas eu tenho certeza que tudo que a gente exibir alí é objeto de demanda que vocês conhecem no dia a dia, a gente vai apenas ter a oportunidade de debater no olhar da Ouvidoria e dar uma satisfação para vocês que é o nosso dever também. Eu quero apresentar para vocês que a nossa Ouvidoria ela é regional, ela não é uma Ouvidoria só de Juiz de Fora, a gente não recebe mais para responder pelos outros municípios mais a gente tem o dever, em 2014 nós fomos credenciados como Ouvidoria Regional depois de muita articulação e luta e a gente recebe demanda desses municípios aqui, esses municípios são municípios da nossa região, Andrelândia, Arantina, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Goiana, Liberdade, Lima Duarte, Matias, Olaria, Passa 20, Pedro Teixeira e Piau, aí alí vai ficar no Conselho e se alguém quiser eu trouxe impresso, alí na mesa tem uma série de documentos para livre consulta de todo mundo, a gente não tem nenhum interesse e nem devemos deixar de ser transparentes em momento nenhum, aí está alí o número de demandas classificadas pelo tipo de manifestação, solicitação, reclamação, denúncia e outros que a gente colocou, desconfigurou um pouco mais é por causa do computador e desconfigura. Aí é um desenho sobre a nossa demanda em geral. O que a gente recebe na Ouvidoria? A maioria são solicitações, as pessoas procuram a Ouvidoria para solicitar acesso a serviços públicos de saúde, depois vem às reclamações, depois as denúncias, informação, sugestão, e tivemos um aumento legal de elogio, porque nós não tínhamos há alguns anos atrás nenhum elogio e nós começamos a ter alguns elogios, as pessoas vindo aí formalizar elogios a serviços e a pessoas que atuam nos serviços públicos, então as nossas demandas em geral foram 5.340, da OGE que é Ouvidoria Geral do Estado que também manda para nós foram 204 e do DOGES que é o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS do Ministério da Saúde 156, então no total eu acho que foram 5.700 a demanda, a gente soma porque a gente recebe demanda do Ministério e do Estado também. Esses municípios aí não são nossos e a gente recebe demanda deles, aí eu vou deixar claro para vocês de como a gente recebe essas demandas, são demandas assistenciais que nós não podemos negar, é um paciente com câncer que precisa de uma vaga, é um paciente com exame que não consegue, não é humano a gente falar “A nossa Ouvidoria não atende o seu município, por favor, bata as portas da sua ouvidoria”, e é com muita tristeza que eu falo para vocês igual a Santos Dumont lá é uma Ouvidoria Regional e não funciona, não tem nem ouvidor lá, eles receberam recurso igual a gente mais não tem nem ouvidor, então o povo vem e hoje mesmo eu estou com um problema de um paciente de Santos Dumont para resolver, e mesmo não sendo da nossa alçada legalmente falando nós optamos a nossa equipe que vamos acolher demandas que tem ligação com a assistência, agora se for para reclamar não tem cabimento, eu não vou assumir uma demanda de Santos Dumont de uma reclamação ou de um conflito interpessoal de um médico com um paciente se lá deveria ter uma ouvidoria, então a exceção é a assistência, então esses números aí foram pacientes de outros municípios e até estados que vieram para Juiz de Fora por algum motivo e precisaram de ser atendidos quanto a saúde, a gente fez o atendimento e tudo está registrado e está formalizado, Além Paraíba, Santos Dumont, Bicas, São João, Rio de Janeiro, Muriaé, Ubá, Maripá de Minas, Leopoldina, Mercês, Carangola, Guarará, Três Rios, Rochedo de Minas e Governador Valadares, e Três Rios aparece muito por incrível que pareça e o povo do Rio de Janeiro eles são brigões, eles querem ter acesso a saúde daqui de qualquer jeito porque lá está muito ruim, eles falam que aqui está melhor do que lá. Aí é uma satisfação para vocês sobre a utilização do recurso da Ouvidoria, eu já falei aqui em 2014 e preciso falar porque até hoje o nosso recurso não terminou graças a Deus, tinha uma determinação que o convênio seria finalizado no final de 2016, nós corremos para gastar o dinheiro todo mais ainda ficou R$ 25.000 em caixa e

nós tentamos fazer uma articulação com o Estado para deixar a gente usar esse dinheiro também, porque não tem dinheiro para nada e todo mundo sabe disso, e a gente não está conseguindo comprar material com recurso da Prefeitura então nós vamos usar esse dinheiro para isso também como já usamos, e nós conseguimos agora dia 15 de fevereiro o Estado junto com a UGE editou uma deliberação postergando para 31 de dezembro de 2017 o uso desse remanescente que nós pegamos, então eu tenho que prestar uma conta para vocês, nós recebemos lá em 2014 a primeira parcela de R$ 60.000, aí houve uma programação para receber mais duas parcelas vinculadas a cumprimento de metas, que eu digo com muito orgulho que nós cumprimos e são metas como em outras áreas também danadas de atendimento, de resposta, de resolução de demanda, que eles exigiram e nós cumprimos, então nós recebemos mais duas parcelas e finalmente inteirou o valor e não será devolvido como eu disse o remanescente de R$ 25.000, saiu a resolução no dia 15 de fevereiro e a gente comprou material de consumo, fizemos empréstimos, eventos, alimentação, viagens, camisas e revitalização da Ouvidoria. E nós fizemos algumas ações também junto com a Rede Ouvir, nós temos alguns membros aqui igual a Walconize, a Natália, o Vanderli, o senhor Armando da Comissão, a Fátima, todo mês a gente religiosamente se reúne toda última segunda-feira as 14h00min da tarde lá na Superintendência e é aberto e qualquer pessoa pode participar, e lá todos os ouvidores da cidade e da região a gente discute as nossas dificuldades, os nossos fluxos e é bem bacana, o nosso grupo é um grupo muito unido, muito articulado, não tem briga, não tem disputa entre a gente, pelo contrário nós estamos sempre aprimorando as nossas formas de intervir para ajudar as pessoas e é um grupo muito legal, então vale a pena e se alguém tiver interesse e tiver alguma demanda que queira levar também, alguma proposta, é toda última segunda-feira, e segunda-feira agora dia 27 é dia de reunião nossa e normalmente vai de 14h00min até as 16h30min e não passa das 17h00min, são longas e a gente discute muito. Então nós fizemos lá capacitação da Rede Ouvir, fizemos as reuniões mensais de monitoramento, participamos de encontros e eventos, capacitamos o pessoal para usar o sistema informatizado e todo mundo tem o sistema informatizado e isso foi um ganho para Juiz de Fora, fizemos um evento que todo mundo acha bacana e que a gente não deixa de fazer que é a homenagem aos servidores e é muito bacana, articulamos algumas coisas com o poder judiciário e umas com êxito e outras não, participamos do fórum de ouvidores da cidade de BH, fizemos atividades com o tribunal de contas do Estado e com o DENASUS, fizemos uso racional do recurso do programa da Ouvidoria, cumprimos 100% das metas do programa da Ouvidoria, melhoramos a nossa estrutura não como nós queríamos mais melhorou e fizemos agora os guichês individualizados, porque era uma demanda antiga dos usuários porque eles viam aí e não havia privacidade e agora tem, nós fizemos uma pequena reforma lá com o recurso, não compramos material permanente móveis porque o dinheiro não permite o convênio, nós queríamos comprar ar-condicionado e não conseguimos e ficamos com essa pendência, pintamos lá. E nós temos o nosso planejamento desse ano que é fortalecer a rede, manter o programa que já existe, buscar novos recursos, sensibilizar os gestores da região sobre a importância do órgão, manter nossas agendas e eventos, realizar visitas nos municípios, fazer a ouvidoria itinerante, efetivar projetos de intervenção a judicialização da saúde que é um projeto nosso da rede que a gente está tendo dificuldade de ter parceria, realizar campanhas de disseminação de informações de saúde. Agora nós vamos entrar para parte detalhada, que são aquelas demandas que eu sintetizei alí e vocês vão ter elas abertas com dados e até nomes de determinadas situações. Então o que significa aqueles números que vocês viram lá de solicitações e reclamações? É isso aí, problemas de falta de medicamentos no Município e no Estado, no município faltam Metformina, Omeprazol, Anlodipino, Carvedilol, Clonazepan, Sinvastatina, Carbamazepina, Haldol, Nortriptilina, Fluoxetina e Losartan, no Estado a situação é pior porque os remédios do Estado para quem não sabe são remédios para doenças graves e umas até terminais e são remédios caros, o losartan você vai à farmácia popular e pega e a gente até orienta as pessoas, agora remédio para portador de hepatite C, esclerose múltipla, não consegue comprar, tem uns que as farmácias nem tem de estoque, aí eles vem aqui nervosos, chorando, com a polícia, com advogado, brigando com a gente porque eles querem que a gente fala para eles assim “Eu vou arrumar o seu remédio amanhã”, e a gente não tem esse poder então no Estado é pior, aí eu relacionei alí e vai ficar aí no Conselho como o riluzol, são medicamentos para tratar essas doenças que eu falei hepatite C, esclerose múltipla, doente renal crônico grave, canceroso, são remédios para doenças graves e eles estão faltando há muito tempo no Estado. Outro problema também que nós temos é na saúde da mulher, de forma aleatória tem faltado remédios que também são relativamente caros para as mulheres adquirirem, e que a maioria dessas mulheres são mulheres de baixa renda que fazem tratamentos contínuos de trombose ou de HPV ou de outras infecções ligadas a saúde da mulher, e a gente ano passado tivemos três faltas de forma aleatória desses remédios lá na saúde da mulher, e foi muito ruim teve mulher que passou mal aí no dia porque queria entrar na justiça e a gente sabe que também não vai adiantar, a justiça também está difícil e eu vou chegar lá. O segundo problema é da questão das fitas, eu já pedi uma pauta e falei aqui com vocês antes do fim do ano, o Estado está mandando recurso aquém do que a gente necessita para comprar fita para cidade inteira, nós até falamos isso aqui ajuizamos uma ação contra o Estado e infelizmente o juiz parece que não leu a petição inicial do defensor e indeferiu de plano, mas a gente está entrando com recurso e parece que vai dar certo, porque ele pegou uma citação de um documento do Estado que não é real que é exatamente o que a gente queria, para o Estado dar a entender que o município pode pedir que ele vai mandar, mais não é assim, o município pode pedir dentro do limite orçamentário que ele disponibilizou que é 10% do valor real, é muito sério, é 10% o Estado está disponibilizando R$ 280.000 e o orçamento para comprar fita para o município inteiro é R$ 3.000.000, é muito diferente, então nós fizemos uma matemática, quer dizer é um trabalho que não é da Ouvidoria mais a gente tem interesse de resolver e ajudar o cidadão que bate todos os dias aqui brigando, gente que não tem dinheiro nem de passagem quiçá para comprar uma caixa de fita que é R$ 90,00 a mais barata, e tem gente que usa três, quatro, seis caixas por mês está com a receita e é verdade. Então nós tivemos que sair da ouvidoria e fazer uma ação extra ouvidoria para tentar agilizar, recorremos inicialmente ao

Promotor mais ele não teve interesse de entrar com ação civil pública, ele falou que não tinha justa causa porque o Estado está em estado de calamidade financeira, eu achei isso um horror e tive até o meu debate com ele lá na hora, eu falei que isso não é motivo que o impedisse de entrar com ação civil pública até porque os nossos impostos continuam sendo descontados religiosamente, mas ele determinou que não ia entrar, ele fazendo isso nos causou um grande transtorno porque nós tivemos que ir na defensoria e juntar com o defensor para ficar dias e dias montando uma ação para entrar com uma ação coletiva, sendo que o Promotor tem todas as facilidades de entrar com uma ação civil pública, então essa é a realidade, estamos aguardando agora o julgamento do nosso recurso com o tribunal de justiça e se Deus quiser vai ser vitorioso, sendo vitorioso vamos informar para vocês e a população e se não for também. Problemas com agendamento de consultas que é antigo, nós recebemos inúmeras reclamações e toda semana é uma média de 100 a 150 reclamações, as pessoas não conseguem consulta principalmente na área de cardiologia, endócrino, ortopedia, neurologia e neurocirurgia, oftalmologia, hepatologia, e principalmente na subespecialidade como cirurgia ortopédica infantil, cirurgia de joelho, de ombro, de quadril, porque o ser humano é todo fragmentado e existe o médico do joelho, do pé, do dedo direito, aí as pessoas vêm aqui e tem gente que está esperando de dois a três anos uma consulta para joelho e é triste. A pessoa está com dor e vai ficar esperando três anos? E fica, eles vem aqui com protocolo de três anos atrás e a gente fica chocado. E nós temos a questão Dr. Gilson do Dr. Leonardo de Castro que eu fiz questão de citar porque é uma situação que não é mais isolada já é pública, nós falamos aqui na última reunião até do nome dele, ele é o único médico especialista infantil em pés tortos de Juiz de Fora, ele atendia no HU e ele não passou no concurso da EBSERH, ele é servidor da Prefeitura e está fazendo plantão no HPS e fazendo uma pressão para voltar para o HU e o HU também quer ele lógico, mas a Secretaria e eu concordei com o encaminhamento da Secretária, a Secretaria condicionou a cessão dele a envio de um médico para cobrir o plantão dele no HPS, porque caso contrário vai cobrir um santo e descobrir outro e está certo, então se o HU mandar um médico mesmo que residente para fazer o plantão de quinta-feira dele Gilson beleza, mas se não mandar não vai tirar ele, até porque e o Gilson sabe melhor do que eu tem outros médicos lá no HPS que pede cessão, transferência, e se abrir para um tem que abrir para todo mundo, então a gente está num empasse e são 39 crianças que precisam de cirurgia e umas até já foram pacientes dele quando ele atendia no HU e essas mães estão desesperadas, tem uns casos Jorge e o Sydney falou indo para BH, mas lembrando o que eu falei aqui na reunião que nem todo caso BH ia atender e benditas palavras eu acertei, BH está devolvendo umas crianças que já fizeram o primeiro atendimento com ele porque lá em BH só pega casos iniciais, casos já em andamento eles estão negando porque eles não conheciam a historia do paciente, e a maioria alí das crianças são crianças que já foram submetidas a cirurgia com ele aí BH não está assumindo, então a gente está numa situação ruim. Problemas na rede de urgência e emergência também é comum, pessoas que não conseguem vaga para principalmente ortopedia, cirurgia vascular e neurocirurgia, o prestador não supre a sua demanda, as pessoas entram na justiça e mesmo assim não conseguem, tem pessoas morrendo aguardando vaga, é muito triste e isso deixa a gente muito arrasada, as famílias veem aqui e choram com a gente, a pessoa morre, ficam 60 dias, eu estou com um rapaz hoje aí que está a 48 dias esperando uma cirurgia e eu fiquei chocada, hoje um trabalhador também está no HPS porque perdeu as duas mãos num acidente horroroso e está lá aguardando também, uma coisa triste. Outro problema é com determinados exames como Doppler venoso/arterial, histerossalpingografia, polissonografia, exames que ninguém quer atender porque o SUS paga pouco e tem uma demanda enorme, vocês não tem ideia a quantidade de gente que vem aqui todos os dias para entrar com esses exames aí para poder entrar na justiça, aí entra na justiça e daqui a seis, oito meses, um ano, faz o exame, é difícil e está desse jeito. Também reclamações de infraestrutura e manutenção das unidades de saúde, as pessoas estão reclamando principalmente de UAPS, de elevador do Pam, do HPS, do CAPS do HU/CAS, UAPS de Esplanada, Santa Efigênia, Toledos, Linhares, e equipamentos permanentes como geladeiras, mesas e cadeiras, as pessoas reclamam que está ruim e está certo. Manutenção de aparelhos e equipamentos, recebemos inúmeras manifestações envolvendo aparelhos e equipamentos que estragam sem previsão de reparo, por exemplo, o aparelho CPRE que estragou lá no João Penido e Deus sabe quando vai arrumar, mas parece que é um ímã negativo, teve uma época que teve uma resseção de CPRE e foi só estragar o aparelho que começou a encher de gente para fazer CPRE, é impressionante, e eles estão muito furiosos e com razão. Problemas no serviço de órtese e prótese e isso também é antigo e só está piorando, paciente está aguardando há mais de dois anos para aquisição de um aparelho auditivo ou reposição do aparelho auditivo, a pessoa é surda e a maioria é idosa, crianças com deficiências, entram no protocolo vai no Dr. Evandro e faz toda a triagem “E quando que vai chegar o aparelho? Vai demorar de dois a três anos pode esperar”, a fila é enorme tem hoje mais ou menos 20.000 pessoas de Juiz de Fora e região, é muita gente esperando. Falha na comunicação entre as unidades e setores em geral causando transtornos e conflitos, Rodrigo você e o João Daniel atenção primária e vigilância a gente vê muito isso aqui, por exemplo, a gente teve uma manifestação de uma mãe que está amamentando e que vacinou contra a febre amarela e a profissional lá não sabia dizer se ela podia e ela vacinou, umas coisas assim, UAPS é todo dia, tem umas UAPS que determinam que vão fechar, tem umas que determinam que vão dar 20 senhas, aí vem a pergunta “Mas isso aí é uma ordem da Secretaria? Não eu decidi isso aqui agora”, é desse jeito e isso aborrece muito a gente, aí o usuário começa a ligar para cá “Eu estou aqui no bairro “X” e a menina falou que não vai pegar mais papel porque o sistema está fora do ar”, aí o usuário é penalizado mais uma vez por uma dificuldade operacional, técnica, que não justifica penalizar ainda mais ele, então isso me aborrece muito, eu fico revoltada quando determinados setores sem nenhuma ordem, sem nenhuma orientação técnica, fazem coisas por sua conta, eu não faço isso aqui na Ouvidoria aqui tudo da gente é com cautela porque a gente trabalha com informação e com a vida do ser humano, se a gente der uma informação errada a pessoa vai acreditar e ela pode ter problemas, então é um assunto que dá uma pauta inteira porque eu tenho casos que passa a parede aqui para falar para vocês e são muito chatos. Falta do transporte sanitário

que também é uma questão antiga e que eu acho que a gente deveria tomar uma decisão mais radical, porque nós também temos uma ação civil pública que não deu em nada, porque tem muito paciente doente e pobre e que não consegue a sua remoção, fica dependendo de taxi, de entrar na justiça que hora também não consegue, está difícil. Essa questão aí Gilson e você estava na reunião semana passada, problemas envolvendo agressão e ofensa a servidores, está muito comum todos os dias, antes era um caso por mês e agora todos os dias nós recebemos demanda dos profissionais, que eu vou lembrar vocês que a Ouvidoria também é mediadora dos profissionais de saúde e está lá na lei eu não estou inventando, então quando o profissional reclama de usuário ele tem esse direito ele normalmente identifica o usuário e nós notificamos o usuário, lógico que é uma notificação sutil e com elementos jurídicos para o usuário ter cuidado e ele ter o direito de se retratar, e ele vem aqui e se retrata e a maioria até pede desculpa, mas tem uns que não, tem uns que levam o negócio até o fim e vai para justiça, mas a Ouvidoria também recebe. E qual é o nosso limite? Eu falei isso para imprensa semana passada na reunião que o Gilson foi eles me acionaram, e o nosso limite é não ter indício de crime porque o nosso papel pela lei é atuar em conflitos interpessoais, conflitos que envolvam indício de crime, um assédio, uma ofensa, uma ameaça, a Ouvidoria não tem capacidade legal para atuar, então se um médico vem aqui igual outro dia "Me furtaram", eu falei doutora eu não tenho como mediar essa demanda eu posso te dar um apoio, ir na chefia, fazer um documento da Ouvidoria, pedir providência, mas assumir sua demanda de um furto quem tem que fazer isso é a polícia, então a gente faz um registro da ocorrência mais não tem como mediar o nosso limite está na lei. Falta de pessoal nas CMC's das UAPS's e instabilidade de pessoal, está horrível porque os contratos hoje com as meninas da CMC são temporários, então vai mudando e aí entra uma, umas entram e sai no outro dia, está terrível, hoje nós estamos em Monte Castelo sem ninguém para marcar consulta, em Milho Branco foi uma menina para lá na sexta-feira, aí o povo não consegue marcar fisioterapia, eletro para risco cirúrgico, consulta, aí todos eles vem aqui na Ouvidoria e é muito triste, então nós temos também que um dia discutir isso no Conselho porque nós temos que ter uma estabilidade desse pessoal da CMC, porque é muito ruim essa instabilidade e tem funcionárias que entraram e que foram e eu não vou falar mal treinados porque a Eni é muito séria, eu conheço a Eni e todo mundo conhece, mas tem gente que não se adapta com o treinamento e está fazendo coisas erradas, marcando consulta errada, com o médico errado, pegando nome de paciente errado, eu já peguei aqui e hoje mesmo teve um caso aqui desses. A questão lá do HU que já foi falado também aqui e que eu coloquei o nome da chefe do serviço porque foi falado aqui também, isso é uma vergonha, inaceitável, e a regulação não tomou nenhuma providência oficial até hoje mesmo depois da denúncia que o Jorge fez aqui na última reunião, a Drª Marília com a sua equipe eles retém as guias e nem guias eles fazem na verdade, pega o nome no livro de ata da paciente e fala que vai chamar ela daqui a dois, três anos, hoje eles estão chamando as mulheres de 2014 em 2017, então a ordem lá é de três a quatro anos de espera e a pessoa não segue o fluxo da regulação que é ter uma guia, entrar no Pam Marechal, ser chamado, então nós temos que tomar uma providencia também Jorge. Pessoas continuam reclamando do descumprimento de ordem judicial, a gente orienta que é uma situação judicial e que a Ouvidoria não tem muitos elementos para agir mais que a gente acolhe a demanda da pessoa, mas que o ideal é notificar o juiz que deu a sentença através do advogado ou defensor que é a maioria dos assistidos para que o juiz notifique, multe, bloquei verba, essas coisas aí que são recursos exclusivos do poder judiciário, eles vem reclamar muito aí que não consegue o seu remédio, que o tratamento foi interrompido porque não estão comprando, entregando, essas coisas. Dificuldade também em cirurgias eletivas, piorou muito com a suspensão das eletivas no final do ano passado e muita gente com cirurgias simples, cirurgia ginecológica que marcava em 15 a 20 dias e tem gente esperando quase um ano, isso é muito sério também. Reclamação de falta de fralda principalmente nos tamanhos G, M e extra G, também de leites especiais do programa PMNEO que é o Programa Municipal de Nutrição Enteral e Oral e de vez em quando falta lá, graças a Deus não é uma escassez contínua, mas realmente quebra o cidadão porque são leites de R$ 100, R$ 200, outro dia aquele o CAT de R$ 700 uma lata. Quem pode comprar isso? E ficou faltando quase um mês, aí as crianças principalmente que usam ficam comendo água com feijão, com fubá, é muito triste. Falta só à questão da judicialização que falei, eu queria pedir a vocês com prioridade porque a rede nós temos discutido constantemente nas nossas reuniões o nosso projeto que nós fizemos nós ouvidores, de intervenção na judicialização para ajudar tanto o poder público em geral, como o cidadão, como o poder judiciário, mas infelizmente nós não temos tido apoio, a gente cansa de ir marcar reunião e de conversar com agentes públicos mais nada avança parece que não tem interesse ou não tem tempo, interesse ou tempo, e a gente tem um projeto legal. Ele vai ser um pouco oneroso para gestão pública? A princípio sim, mas vai ser menos oneroso do que ficar cumprindo ordem que às vezes não é necessário, então eu peço a vocês prioridade nisso. E não restando esse problema a gente tem falta de pessoal desde 2014, nós tínhamos os mirins que entregavam documentos para nós e atendia telefone, foi desligado problema legal por causa dos trabalhistas com a Prefeitura e nós não temos mais quem entregue, a gente mesmo que tem que entregar documento, atender telefone e fazer o atendimento lá que é muito, presencial, por e-mail, o Ministério da Saúde, são quatro pessoas, eu e mais três para fazer esse tanto de coisa, a falta do farmacêutico que está no projeto nosso que é fundamental para poder dar resposta mais imediata, as pessoas cobram de forma imediata "Eu quero saber se esse remédio tem ou não tem?", a gente não tem capacidade técnica de fazer isso de imediato então esse profissional ele é muito importante, também da área de direito para auxiliar o atendimento porque hoje tudo é justiça, tudo é advogado, tudo é Promotor, eu sou chamada toda semana para audiência e uma hora eu vou ser presa ainda porque dão brigas essas audiências, e tem coisa que é justo o que a pessoa pede e tem coisa que não é justo, eu não vou perder mais tempo para contar mais tem um caso que me deixou muito aborrecida aí recentemente que o juiz me intimou, o juiz não me deu razão e eu provei para ele a minha razão, mas é muito desgastante porque não é trabalho da Ouvidoria, mas se a gente não der auxílio para o cidadão, nesse caso que eu ia falar e não vou falar são pessoas abastadas que tem dinheiro, mas a maioria que vem aí não

tem são pessoas pobres e que não sabem nem o que é justiça, e eles vão lá aí eles tem um indeferimento de demanda eles voltam aqui "O juiz não me deu, eu não consegui o meu remédio", a gente tem que dar auxílio para eles porque a defensoria também está abarrotada, não tem paciência, às vezes não tem nem educação para tratar as pessoas então sobra também para nós aqui, é difícil. Alguns setores e muito poucos, a gente tem que falar aqui Alessandro e representantes da Secretaria, João Daniel, Rodrigo, melhorou muito de quatro anos para cá eu quero deixar isso registrado em ata, hoje nós fechamos 80% das nossas demandas porque os setores respondem e isso é muito legal, nós já tivemos aqui época que 60% dos setores não respondiam a gente e hoje mudou só 20% ainda é resistente, perde documento nosso, mas hoje nós temos 80% dos setores respondendo as demandas da Ouvidoria e isso é muito bom. A questão da mudança da lei a gente está pedindo a Comissão de Normas, e eu queria finalizar falando para vocês que nós somos reconhecidos pelo Ministério da Saúde como Ouvidoria modelo no país pelos nossos atendimentos, demandas e lutas, reconhecidos também pela SES e OGE, nós estamos entre as três ouvidorias mais atuantes do Estado, estamos juntos com BH e Contagem a nível de capital e nós atendemos mais gente do que eles, isso eles ficam impressionados porque o povo que vem aqui não chega o atendimento lá, mais de 80% das demandas estão respondidas, nós temos uma forte articulação com a Rede de Ouvidores Locais da região, do Estado e Nacional, temos grande solução de conflitos e temos uma avaliação positiva dos usuários do nosso serviço, eles avaliam e lógico que nenhum serviço é 100%, mas o nosso serviço tem uma avaliação de 73% de aceitação e de confiança das pessoas que procuram ele e a resposta é o número de pessoas que vem aí, então eu queria abrir o debate e agradecer a paciência de vocês, falar que é importante que vocês tenham o conhecimento desses dados e me ajudem na medida do possível a discutir um a um para a gente ter uma solução para o cidadão de Juiz de Fora, obrigada. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Samantha, Alessandro, Rodrigo, eu acho que quando a gente fala que o Conselho e a Ouvidoria não é uma instância de embate, é uma instância de entendimento e está aí o diagnóstico, se apropria dessa informação porque nós temos aí um diagnóstico do que acontece, nós estamos agora num momento de aproveitar tudo o que está colocado aí somado ao nosso dia a dia e trazer isso para dentro dos instrumentos de planejamento, aí está um Rx das nossas dificuldades que talvez para todos não é novidade faltar medicamento, faltar recursos humanos, eu vou sair do achismo vamos pegar se apropriar disso aí e já vou até levar uma matéria dessa e deixar junto lá com as pastas que a gente já abriu para PAS, para LDO, e aproveitando o ensejo se preparem porque vem muita reunião por aí, vocês que estão chegando agora o Hugo Bento que está retornando, o Orlando, a reunião vai ser muito intensa e nós vamos ter semanas de reuniões de começar as 18h00min da noite e ir embora, então se preparem e venham com gosto de gás, e Samantha parabéns. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** A Luciana está falando aqui que qualquer um de vocês que quiser ter acesso ao relatório, como a gente tem limitação com relação de xérox e de folha quem tiver e-mail e quiser eu mando para o e-mail, quem quiser está aqui para ver eu trouxe todos os documentos de tudo que eu falei alí, lógico resguardando dados de pessoas naturais que eu não trouxe, mas eu trouxe a questão dos dados da oficina de BH, de Brasília esse que eu falei para vocês, a prestação de contas alí detalhada dos nossos recursos, está aqui hoje na mesa e quem quiser ver pode olhar e quem quiser depois por e-mail, por favor, pode me pedir e pode deixar aqui com a Carla no Conselho que eu me comprometo a enviar por e-mail para todo mundo, está pronto. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu queria que você falasse a respeito das meninas da CMC porque realmente está dando muitos problemas, principalmente agora que passou a fisioterapia para ser marcada na atenção primária, os eletros, risco cirúrgico, aí eu queria ver o que você tem para colocar. **Com a palavra João Daniel (Atenção Primária):** Boa noite a todos. Regina a questão da fisioterapia era necessário que a gente levasse para CMC para que ficasse mais próxima do usuário a marcação, que o serviço fosse descentralizado da melhor maneira possível, é claro que isso no início nos geraria algum impacto a gente leva mais um serviço para dentro da CMC, para dentro das unidades, e isso é claro gerou algum impacto na organização da CMC, mas é algo que a gente já vem trabalhando inclusive estive com o Sydney numa reunião de Conselho Regional no último mês lá em Santa Luzia com o conselheiro Ary, passando a explicação do estudo que nós víamos fazendo a respeito da CMC e dessa demanda que tem chegado com a marcação da fisioterapia, inclusive foi pactuado pelo Sydney o resultado de um estudo que vem sendo realizado pela Regulação e será apresentado no Conselho Regional pelo próprio Sydney, acredito e posso propor ao Sydney que traga também esse estudo, essa reorganização de três meses de avaliação para apresentação aqui no Conselho Municipal de Saúde. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Essa questão de ter levado para atenção primária para mim é perfeito, não é esse o meu questionamento, o meu questionamento é não ter o funcionário da CMC, é isso. **Com a palavra João Daniel (Atenção Primária):** Regina a gente tem uma dificuldade também com a contratação, o vencimento de contrato, a gente está numa época de vencimento de contrato e contratação de novos funcionários para CMC, eu acredito que possa ter tido aí um lapso temporal entre uma contratação e outra, mas posso verificar algum caso pontual com o Conselho ou com você mesma, mas não recebemos nessa semana nenhuma demanda quanto à desassistência ou a falta do atendente lá na CMC mais eu posso verificar e passar a resposta para o Conselho. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Conselheiros nós tivemos duas reuniões com relação ao próximo ponto de pauta e chegamos a um entendimento com a Secretaria, primeiro a Luciana veio e apresentou para nós enquanto Mesa Diretora, depois me ajuda nas datas porque é muita coisa é tanta reunião que a gente acaba se perdendo, e o Conselho apresentou através da Mesa, Secretaria, Ouvidoria, certa proposta com relação aos indicadores, posterior a isso a Luciana levou as nossas oposições e reuniu com os técnicos, então ontem nós fizemos um fechamento desses indicadores e mantivemos algumas proposições, então agora a gente gostaria que a Luciana apresentasse, a Cláudia, o próprio Rodrigo que está aqui, a Luciana hoje para vocês que não sabem ela está na Gerência de Planejamento e foi Subsecretária de Redes Assistências e hoje o Alessandro assumiu essa pasta, e a gente tentou chegar o mais próximo daquilo que a

gente pensa, mas também temos a verdade da capacidade financeira de planejamento da administração, então Luciana com a palavra. **Com a palavra Luciana Afonso (Gerente de Planejamento):** Boa noite a todos. Eu vou apresentar para vocês de uma forma breve o que significa essa pactuação que o Jorge falou, nós temos dentro do calendário de planejamento Federal, Estadual e Municipal, faz parte desse calendário uma série de instrumentos de planejamento e gestão, dentre esses instrumentos a gente tem a parte de monitoramento, o monitoramento das condições de saúde de uma determinada população é feito por meio dos indicadores. Então nós vamos tratar de que aqui? De indicadores que são instrumentos que a gente utiliza para medir aquilo que nós estamos executando na saúde, medir o nosso desempenho em relação às condições de saúde, e o pacto ele é feito anualmente. Como é que se inicia o processo do pacto? Inicialmente é feito um levantamento epidemiológico ministerial, o Ministério da Saúde diante dos maiores problemas de saúde enfrentados pela população brasileira define então um rol de indicadores que vão se aplicar ao monitoramento nacional, dentro dos nossos estados e regiões de saúde e no caso de Minas Gerais que é um Estado enorme, nós temos dentro de Minas várias regiões de saúde, essa lista esse rol de indicadores definidos pelo Ministério que vão vigorar naquele ano é analisado pela gestão regional e é definido pela Secretaria de Estado da Saúde então quais indicadores vão ser pactuados no Estado e depois em cada região de saúde. O que eu estou querendo dizer? A lista mãe do Ministério não necessariamente nós vamos pactuar ela aqui, um exemplo que vocês vão ver daqui a pouco é o caso da malária, por exemplo, o indicador de monitoramento da malária ele está previsto pelo Ministério da Saúde. Por quê? Porque a malária é uma doença que ocorre no território nacional, mas não ocorre aqui na nossa região então nós aqui não vamos pactuar nada em relação à malária porque não temos indicativo para esse monitoramento. Por fim o município pactua com a Secretaria de Estado da Saúde os indicadores que se aplicam àquela área, Juiz de Fora como município polo ele está inserido na região ampliada de saúde e pactua junto com os outros municípios a lista dos indicadores para a região, e o objetivo é o que eu já falei monitorar o desenvolvimento das políticas e ações implementadas. Implementadas para quê? Para melhoria da situação de saúde, então a gente usa muito esses indicadores para monitorar o nosso desempenho no relatório anual de gestão, nos relatórios quadrimestrais que é nossa obrigação legal entregar prestar essa conta, ou seja, nós vamos tratar aqui de instrumentos de monitoramento. Então aí está a listagem, eu vou ser bem objetiva porque os percentuais foram aqui discutidos com a Mesa, indicador 1 - taxa de mortalidade prematura, foram entregues a vocês aí duas folhas e uma das folhas consta isso que está aqui na tela o indicador e os percentuais que serão pactuados mediante ao acordo com o Conselho de Saúde, na outra folha nós temos a mesma lista de indicadores, mas ao invés de percentual a gente tem uma breve descrição para quê que aquele indicador serve, por exemplo, a taxa de mortalidade prematura de 30 a 69 anos pelo conjunto de quatro principais doenças crônicas não transmissíveis. Quais doenças são essas? Doença do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas, aí do lado vocês vão ver na planilha na segunda folha qual o objetivo da gente usar esse indicador para quê que ele serve, meta 2017 0,70%, meta 2018 0,69%, meta 2019 0,68%, meta 2020 0,67%, meta 2021 0,66%. O que significa isso? Isso é uma proporção, a gente calcula em forma de fração, coloca o número de casos de mortalidade sobre a população portadora desse tipo de doença total para chegar nesse percentual. Indicador 2 - proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados, meta pactuada para os cinco anos 100%. Por quê? Porque a gente investiga todos os óbitos nessa faixa de população. Indicador 3 - proporção de registros de óbitos com causa básica definida, esse aí eu acho que eu vou explicar, esse indicador ele trata dos registros de óbito onde tem a causa lá no atestado de óbito, são verificados todos os registros de óbitos e verificados em quantos deles consta a causa do óbito, meta pactuada 94% em 2017, 95% em 2018, 96% em 2019, 97% em 2020, 98% em 2021, uma coisa que eu me esqueci de falar lá no indicador 1 o ideal é que ele caia isso é uma coisa que é importante da gente ver, uma taxa de mortalidade é sempre melhor que ela caia então a gente pactua para diminuir ao longo do tempo, já no indicador 3 alí o ideal é que aumente, que esse registro de óbito seja aumentado, é que seja feito um registro mais fiel e que aumente, então por isso a gente pactua crescendo. Indicador 4 - proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas, nós pactuamos 80% porque é o preconizado pelo Ministério como índice ótimo de cobertura vacinal e é também pactuada em relação à capacidade instalada da nossa vigilância, ela já cumpre isso então a gente já bate esse indicador pactuando os 80% para o quinquênio. Indicador 5 - proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata encerrados em até 60 dias após notificação, meta 2017 81%, 2018 82%, 2019 83%, 2020 84%, 2021 85%, o ideal é que ele cresça também que aumentem as notificações. Indicador 6 - proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes, esse indicador é um indicador que propõe você estudar a cura da hanseníase em anos predeterminados, coortes alí é isso são estudos retratos da situação da hanseníase em anos predeterminados, a pactuaçao nossa foi 90% que é um índice ótimo e nós já estamos fazendo esse percentual, estamos acima do Estado de Minas Gerias e pactuamos 90% para os cinco anos. Indicador 7 - números de casos autóctones de malária, são casos de malária ocorridos em residentes do município, não se aplica ao nosso município, nós não vamos pactuar esse indicador. Indicador 8 - número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, nós temos que pactuar para reduzir esses casos, meta 2017 60, e aí não é percentual são número de casos, meta 2018 50, meta 2019 45, meta 2020 40, meta 2021 35. Indicador 9 - número de casos novos de AIDS em menores de cinco anos de idade, pactuamos 0 porque já não temos mais a partir de 2014 na nossa região de saúde casos novos de AIDS nessa faixa etária de população. Indicador 10 - proporção de análise realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros de coliformes totais, vale uma ressalva aí que esse indicador não trata da análise de água geral realizada pela CESAMA, trata-se de uma análise de água e Rodrigo me corrige aí, indicador 10 ele trata de uma análise de água solicitada a Subsecretaria de Vigilância em Saúde em caso de necessidade, por exemplo, laboratórios, farmácias, minas, que necessitam de uma análise mais apurada, vale ressaltar isso inclusive fiscalização da CESAMA também é feita, a pactuaçao

ideal é que cresça esse número de análise, pactuamos aí 2017 15%, 2018 16%, 2019 17%, 2020 19%, 2021 20%, olhando alí acha pouco só que isso é além de todas as análises realizadas pela CESAMA, a gente está tratando aqui de uma análise muito específica, vige água. Indicador 11 - razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária, nós pactuamos para 2017 0,45% e o ideal é que cresça o indicador e fomos crescendo alí 0,05% ao ano, a proporção é pequena mais isso em relação à população geral dá muita gente, se você pegar 0,05% das mulheres nessa faixa etária significa dizer que a gente vai crescer praticamente dobrar o número de exames citopatológicos nessa faixa etária que é a faixa etária de risco para o câncer de colo do útero, esse indicador é importante. Indicador 12 - razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesa faixa etária, também é proporção, pactuamos praticamente igual o de cima 2017 0,45%, 2018 0,46%, 2019 0,47%, 2020 0,48%, 2021 0,49%. Indicador 13 - proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar, isso aí a gente fez uma espécie de ousadia porque o parto normal é um indicador que a gente depende da saúde suplementar para cumprir, e parto normal é um indicador que a gente batalha para conseguir crescer porque todo mundo só quer fazer cesariana porque paga melhor e por uma série de razões, nós estamos fazendo aí uma ousadia e vamos propor ao Estado essa pactuaçao aí, 45% em 2017 e subindo até chegar em 2021 com 55% pelo menos que é o mínimo que deveria acontecer de parto normal na nossa rede. Indicador 14 - proporção de gravidez na adolescência entre faixas etárias de 10 a 19 anos, esse é um indicador novo que foi proposto só agora, a gente não tem uma série histórica dele mais a gente tem os dados dos nossos sistemas de informação, a gente tem muita gravidez na adolescência e o ideal é que se caia esse indicador, então pactuamos para 2017 13,50% e caindo 0,5% até 2021. Indicador 15 - taxa de mortalidade infantil, outro indicador também um dos nossos principais e o ideal é que caia obviamente a mortalidade infantil, nós começamos a pactuar em 2017 com 11,81% e vai caindo até 2021 0,1% ao ano, é pouco na percentagem mais em população é uma queda grande. Indicador 16 - proporção de óbitos maternos e aí faltou a palavra investigados, não é só proporção de óbitos maternos vocês corrijam aí, por favor, é proporção de óbitos maternos investigados, nós investigamos todos os óbitos maternos neste município então não há porque não pactuar 100% para os cinco anos. Indicador 17 - cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, esse indicador ele se refere à cobertura das equipes de saúde da família Jorge, por favor, o indicador 17 o João Daniel foi averiguar junto às Referências Técnicas Estaduais e verificou que o indicador 17 não se refere a cobertura total da atenção primária, ele se refere a cobertura da equipe de saúde da família PSF, diante dessa situação eu estou propondo aqui um encaminhamento no sentido de nós modificarmos aquilo alí, hoje a nossa cobertura de equipe de saúde da família em Juiz de Fora está em 61,74%, então a nossa proposta de modificação é 2017 pactuarmos 63,74%, 2018 65,74%, 2019 67,74%, 2020 69,74%, 2021 71,74%, depois na hora das perguntas o João pode esclarecer o que significa isso em termos de equipe para ficar bem prática a discussão. Indicador 18 - cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, o ideal é que suba e esse indicador se refere ao registro e o cadastro dos usuários do Programa Bolsa Família, quanto melhor a qualidade do registro mais você vai conseguir acompanhar e destinar o recurso corretamente, pactuação 2017 40%, 2018 45% e assim por diante de 5 em 5% até 2021 60%. Indicador 19 - cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica, indicador muito polêmico, nós depois de muito discutir chegamos a esta conclusão aí, eu gostaria de pedir aos senhores que corrigissem nas suas planilhas erramos nas contas e estamos retificando aqui na apresentação, a apresentação está correta 2017 26%, 2018 26,66%, 2019 27,60%, 2020 28,74%, 2021 30,11%, eu vou explicar, aquele indicador alí significa dizer em linguem prática que em 2017 nós pretendemos crescer e implantar quatro equipes de saúde bucal, não é ampliar porque a gente não tem, é implantar quatro equipes de saúde bucal na saúde da família em 2017, em 2018 aí é ampliar mais seis equipes além das quatro existentes em 2017, 2019 ampliar oito equipes, 2020 ampliar 10 equipes, 2021 ampliar 12 equipes até chegarmos num total de 40 equipes de saúde bucal na saúde da família em 2021, significa dizer que a atenção primária vai ter que suar. Indicador 20 - percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios, meta 2017 71,50%, isso é uma meta global da região de saúde, não é uma meta só de Juiz de Fora, alí se refere regional e significa dizer que o Estado vai avaliar quantos municípios estão realizando o mínimo desses grupos, meta 2017 nós vamos propor lá na regional mais não significa que nós vamos ter a prioridade, isso nós vamos discutir com a região de saúde, meta 2017 71,50%, meta 2018 72%, meta 2019 72,50%, meta 2020 73%, meta 2021 74,50%, é uma pactuação que eu acredito que vai vingar a proposta porque o ideal é que se atinja minimamente 80%, a ideia é chegar perto de 80%. Indicador 21 - indicador novo e muito importante, ações de matriciamento realizadas por CAPS com a equipe de atenção básica, isso também merece uma explicação porque é novo esse indicador, nós temos uma cobertura em Juiz de Fora de CAPS ainda insuficiente para a quantidade de pacientes que nós deveríamos atender conforme a área de abrangência, Juiz de Fora é município polo atende outros municípios do entorno, com essas ações de matriciamento que nada mais são do que o contato direto da equipe dos CAPS com as equipes de atenção primária indo na ponta na UAPS, discutindo casos lá na UAPS, monitorando e dando suporte, a equipe da atenção primária vai conseguir resolver muito melhor os casos de transtorno mental não necessariamente tendo que encaminhar para o CAPS, ou seja, o matriciamento é uma ação fundamental para que a nossa cobertura de CAPS amplie, então é o sentido desse indicador, pactuamos junto com a coordenação de saúde mental 25 matriciamentos para 2017, nós temos cinco CAPS significa dizer cinco matriciamentos por CAPS em 2017, 2018 30, 2019 35, 2020 40 e 2021 45. Indicador 22 - número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados pelo controle vetorial da dengue, esse também é um indicador meio difícil de explicar mais eu vou tentar, e primeiro verifica a quantidade de domicílios que nós temos no município, depois é verificado o quantitativo de domicílios que passou por esses ciclos de cobertura vetorial da dengue, eu vou adotar alí a referência técnica domicílio, a pactuação o ideal é que se amplie, o ideal

é que a equipe da Vigilância Sanitária consiga chegar cada vez mais em mais domicílios, é uma ação difícil, não é muito fácil nem todos os usuários deixam as equipes entrarem nos domicílios, é ampliar alí 1% ao ano significa um esforço e um sucesso grande e pode parecer pouco mais é significativo, então a gente propõe pactuar de 57% crescendo 1% até chegar em 2021. Indicador 23 - proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho, nós pactuamos 100% porque já fazemos isso, esse indicador monitora a qualidade do preenchimento das notificações de qualquer doença relacionada ao trabalho. Por quê? Se você tem uma doença relacionada ao trabalho a primeira investigação que tem que ser feita é qual é a profissão da pessoa, e por incrível que pareça nem todas as notificações em outros municípios são devidamente preenchidas, como aqui a gente tem certeza que são a gente pactuou 100% para os cinco anos, então essa é a listagem, obrigada. **Com a palavra Bismark Bosco (Sind. Saúde):** Boa noite. Eu só gostaria de fazer uma colocação com relação a essa brilhante explanação para Luciana, é o seguinte quando você na segunda folha que foi distribuída aqui fala em monitorar de cima em baixo. Primeiro o que quer dizer monitorar? Eu acho que é uma avaliação que você faz dessa história toda, eu não sei, eu gostaria que você explicasse isso melhor. E segundo, se fez essa avaliação ou esse monitoramento qual o resultado disso? O que vocês acharam disso depois que foi feito esse levantamento, essa análise? O que vocês acharam disso? Eu gostaria de saber só isso, obrigado. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Eu gostei muito da explanação e vendo e vivendo a gente está vendo que está dando certo, o Programa Bolsa Família está dando certo porque a gente não vê mais morrer muitas crianças pequenas nos bairros, mas também a gente não está conseguindo cruzar os dados da classe alta com a classe média e a classe baixa, nós já tentamos fazer isso aqui e não conseguimos, a gente precisava cruzar esses dados da classe alta com a classe média e a classe baixa, porque o que está morrendo mais atualmente são jovens de 13 a 18 anos mais é de droga e assassinato, é isso que a gente está notando, quer dizer o trabalho e também a gente tem que levar esse trabalho para os prefeitos para eles verem que quando as comunidades reclamam de alguma coisa, calçamento, água, rede de esgoto, ônibus, a gente tem razão de estar reclamando, mas precisava mostrar esses dados para eles acreditarem nos pedidos que as comunidades fazem, porque a gente dá para perceber e eu me lembro quando eu tinha os meus 13 a 14 anos quase que em uma semana tinha três mortes de crianças pequenas, mas era por fome, falta de alimentação, remédio, consulta, moradia ruim, então o trabalho está dando certo agora não tem é jeito de medir porque tem gente que não dá, a gente precisava cruzar esses dados com o pessoal do Programa Bolsa Família porque eles também tem muita coisa boa para fornecer para nós, para enriquecer os nossos dados mais a gente precisa fazer isso, está dando certo a gente não tem é como medir mais está dando tudo certo. **Com a palavra Hugo Bento (LIXARTE):** Embora eu esteja aqui hoje pela primeira vez, o que eu gostaria de saber de você é que quando você traz esse indicador é que não está aqui explicitado eu não vejo nada aqui falando em relação à saúde da população negra, de como vocês vão trabalhar isso, nós temos a diabetes, nós temos o renal crônico, eu não vejo nada disso aqui. Nesse trabalho vocês pensaram em relação à saúde da população negra? Eu gostaria só de saber isso, obrigado. **Com a palavra Luciana Afonso (Gerente de Planejamento):** Bismark eu coloquei aí monitorar porque é o mesmo que medir resultado, a palavra monitorar significa isso medir resultado. Como que a gente mede o resultado das ações que nós estamos realizando? Através de algum tipo de indicador, o indicador pode ser esse aí mais sofisticado ou pode ser uma coisa muito simples, por exemplo, quantos quilômetros de rua a EMPAV vai asfaltar, isso é um indicador, na prática é isso. Como que eu monitoro se o asfaltamento está indo bem? Através do número de rua que eu asfaltei, de quilômetros que eu asfaltei, o nosso indicador não é diferente, ele é um pouco mais sofisticado porque a saúde é uma área muito técnica às vezes e dificulta o entendimento. E você perguntou também o que nós fazemos com esse indicador, ele serva para as equipes técnicas do Ministério da Saúde, do Estado da Saúde e dos municípios fazerem um monitoramento periódico e constante, eu não vou dizer para você que todo mundo faz isso porque as equipes da saúde tem uma dificuldade grande de se reunirem para estar avaliando, e aí eu aproveito para fazer o meu comercial, isso é uma definição e determinação da Secretária Elizabeth Jucá, a partir dessa gestão nós vamos fortalecer o planejamento dentro da nossa Secretaria de Saúde e uma das nossas ações é exatamente essa avaliar e repassar o que foi avaliado o resultado disso para a equipe, não adianta nada eu avaliar sozinha no gabinete e não falar, por exemplo, com o Rodrigo que o indicador dele está bom ou ruim, ele tem que saber para ele poder programar e reprogramar o que ele está fazendo. Guido em relação ao Bolsa Família a gente tem que melhorar o registro e a gente está conseguindo melhorar sim, a gente teve uma queda na qualidade do registro mais já estamos retomando essa qualidade, é muito importante, em relação ao cruzamento dos dados você falou assim “Tem jeito de medir?” é o que eu falei para o Bismark jeito de medir depende de você criar indicadores, agora o cruzamento dos dados da população da faixa de renda maior eu não sei se isso está previsto, eu acredito que não esteja no registro de Bolsa Família. **Com a palavra João Daniel (Atenção Primária):** Boa noite. Inclusive venho antes de trabalhar na saúde eu trabalhei por cinco anos na Secretaria de Desenvolvimento Social, inclusive com o Bolsa Família também. Os cruzamentos com as bases de dados do Bolsa Família inclusive no quesito renda no sentido até mesmo da fiscalização ela é feita a nível federal, pelo Governo Federal através da Caixa Econômica Federal e pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, essas bases de dados são cruzadas com a Receita Federal, com o DETRAN, com o registro de Tribunal Eleitoral no caso de vereadores que possam ser beneficiários do programa e outras bases de dados que envolvem o quesito renda e patrimônio como próprio imposto de renda, no município o que nós temos é uma auditoria na Secretaria de Desenvolvimento Social tem uma auditoria que uma família que de repente não deveria ser beneficiária, a gente pode o usuário ou uma instituição ou um profissional solicitar que essa auditoria seja realizado com uma família, então uma equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social vai enloco visitar essa família para ver se existe alguma discrepância entre o cadastro dessa família, entre as informações que ela prestou ao serviço público, e o que de fato acontece na realidade. **Com a palavra Luciana Afonso (Gerente de Planejamento):**

Hugo você perguntou se naquela listagem de indicadores porque não constava nenhuma referência à população negra, a listagem de indicadores. Quais são os indicadores que vão vigorar naquele período? São definidos inicialmente pelo Ministério da Saúde e posteriormente eles são revisados pela Secretaria de Estado da Saúde que aí define o indicador que vai ser pactuado na nossa região, portanto o município não influencia na listagem, o município pactua os percentuais de acordo com o que ele vai poder alcançar, mas nós temos sim ações aqui no município para melhorar a qualidade da saúde em relação à população negra, aí o João vai detalhar melhor. **Com a palavra João Daniel (Atenção Primária):** Hugo nós temos uma ação acontecendo já há algum tempo na Subsecretaria de Atenção Primária junto as Unidades de Saúde que acredito que você deve conhecer pela nossa vivência lá no Conselho Municipal de Assistência Social, que é uma ação em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Ciranda Cidadã, coordenado lá na Secretaria de Saúde pelo Dr. Marcelo Campos que é uma ação de educação continuada, educação permanente, que trata inclusive de recortes populacionais minoritários da nossa população, e um recorte populacional trabalhado pelo Dr. Marcelo Campos e pela coordenadora lá também da Secretaria de Desenvolvimento Social Jeane Sales o nome da nossa colega e um dos recortes é a população negra, um dos recortes trabalhado com os profissionais das unidades de atenção primária a saúde, eles tem encontros mensais, oficinas, inclusive no final do último ano tivemos um evento sobre a exposição do trabalho lá na Escola de Governo envolvendo a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Todos estão esclarecidos? Eu vou colocar em votação, quem concordar com os indicadores favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Agora nós vamos passar para a Resolução SES/MG 2940/2011, discussão da Aplicação de Recurso/2016 - CEO's, Departamento de Saúde bucal. **Com a palavra Cláudia (DPSB):** Boa noite. Essa resolução SES/MG 2940 é uma resolução do Centro de Especialidade Odontológica de custeio, ou seja, é um dinheiro que o Estado a gente cumprindo algumas metas ele repassa para o uso dentro do Centro de Especialidades Odontológicas, a gente recebeu duas parcelas em 2015 novembro e dezembro de R$ 19.500, em 2016 foi usado o recurso no último quadrimestre para comprar alguns materiais para o Centro de Especialidades Odontológicas alguns aparelhos, e a gente veio trazer aqui porque a gente tem que fazer a prestação de contas do recurso utilizado pelo convênio do SES, aí a gente vai colocar em pauta a aprovação de vocês, a gente já fez uma prévia com o pessoal do financeiro e passamos para eles a documentação toda, então aí fica a Comissão de Recurso. **Com a palavra Antônio Santana (SINSERPU):** Boa noite a todos. Nós estivemos reunidos segunda-feira no Conselho Municipal a Comissão no dia 20 as 17h00min com a participação da Cláudia dos Santos Gerente do Departamento de Saúde Bucal, Edna Maria Fajardo Chefe do Departamento de Saúde e Assistências, Jorge Ramos Secretário Executivo do Conselho Municipal e os membros da Comissão Antônio Carlos de Santana, Roseli Felícia Nicácio e Siloé Fonseca, segundo o relator Siloé Fonseca para esclarecimento sobre a prestação de contas da resolução conforme foi explicado, a resolução da Secretaria Estadual de Saúde MG de número 2440 de 21/09/2011, foi apresentado os documentos em anexo do orçamento e não teve gasto no primeiro e no segundo semestre, o dinheiro recebido foi depositado e está sendo utilizado no terceiro quadrimestre conforme o demonstrativo também em anexo, a Comissão encaminha que não haja nenhuma liberação do material para os outros níveis de assistência, considerando como esclarecido a Comissão zera parecer favorável à aprovação, não tendo nada mais a tratar foi encerrado as reuniões às 17h30min. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** O que a Regina estava colocando alí, quando a gente faz uma discussão que antecede o plenário fica mais fácil do entendimento, talvez vocês possam achar assim o processo da resolução 2940 o recurso não chegou no início do ano de 2016 e isso tem que ficar claro também porque a resolução é de 2011. Então o que aconteceu? Quando chegou para nós essa prestação de conta e eu fui olhar o relatório quadrimestral e eu ainda falei com a Cláudia "Cláudia eu não consigo visualizar a resolução", é a 2940 com o seu recurso vinculado e eu falei "Eu não consigo", isso é uma coisa Alessandro que é preciso dizer a Secretaria que principalmente esses recursos vinculados específicos de resolução a gente não pode colocar ele numa única apresentação, porque na hora de você fazer uma avaliação do relatório quadrimestral você não consegue, você não visualiza, ele está no pacote, o Centro de Especialidades Odontológicas você pega lá e você não consegue visualizar Orlando essa movimentação, e aí eu falei "Cláudia eu não estou conseguindo" aí sentamos um dia e colocou. Então no primeiro quadrimestre não se aplicou, eu falei assim "Mas como é que a gente vai chegar em plenário e dizer que você recebeu um recurso e você não movimentou?", só que o recurso não chega em janeiro então foi para o segundo, e aí quando chegou em novembro houve a movimentação com compra, e aí essa resolução ela tem uma vedação você não pode pegar esse recurso e digamos assim 100% de equipamento permanente, você tem que fazer um percentual para equipamento e um percentual de custeio, eu acho que contribui muito. Então é isso que a gente queria deixar, foi uma discussão que fizemos, a prestação de conta está alí e a resolução também está aí, e conforme o Santana coloca o parecer da Comissão é para que a gente faça, ainda tem um saldo remanescente de R$ 21.000 e esses R$ 21.000 já está acontecendo para 2017, então o Departamento de Saúde Bucal com todas as dificuldades de recursos humanos Alessandro, eu falei isso hoje de manhã, a saúde se faz com pessoas, o SUS se faz com pessoas, com servidores, e a gente tem uma dificuldade na Secretaria principalmente nessa área de planejamento e de administração que você não tem essa mão de obra, eu falei hoje de manhã, o nosso concurso parece que é o único que agarra, o nosso concurso da saúde é o que está agarrado no Tribunal de Contas do Estado, o 02 já foi, o 03 já foi, o 04 já foi e o 01 está parado, e aí Alessandro eu faço aqui um pedido é interesse de todos nós. Por que a gente não faz uma arguição ao Tribunal de Contas do Estado para saber qual o posicionamento do desembargador? Por que está parado? Onde está parado? E dizer que o Presidente do Tribunal de Contas é o Sebastião Helvécio filho dessa terra e Deputado por muitos mandatos eleito por Juiz de Fora, eu acho que nós temos esse acesso para dizer "Sebastião vê o que está acontecendo. Onde mais o município precisa?", porque todos os concursos estão indo e o nosso da saúde, eu não estou fugindo da pauta, mas os 43 médicos de

família estão lá, eu tinha pedido o Santana para poder ver, o município já respondeu tudo ao Tribunal, eu acho assim, mas a gente está aí para poder ajudar e trabalhar esse processo. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Está entendido? O que nós vamos votar aqui? Nós vamos votar é esse dinheiro que tem aí de R$ 21.000, nós vamos aprovar é o recurso que veio, quem concordar de aprovar a resolução, o Santana que é da Comissão acompanhou e fez a reunião, o Jorge, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Eu quero lembrar vocês que amanhã tem reunião, amanhã na nossa pauta nós vamos discutir ASCOMCER, João Felício, Maternidade Terezinha de Jesus, e é uma discussão muito importante então eu queria pedir a vocês para não deixar de vir à reunião, porque são coisas importantes que a gente vai deliberar aqui para população, obrigada a todos e boa noite. **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.**